



Ano VI, v.1 2026 | submissão: 09/02/2026 | aceito: 11/02/2026 | publicação: 13/02/2026

Da teoria à prática: estratégias para integrar a família ao planejamento curricular

From theory to practice: strategies for integrating the family into curriculum planning

Ilzenir Soares Santos - Mestranda em Ciências da Educação na Faculdade Interamericana de Ciências Sociais – FICS. Anapu – Pará, Brasil. E-mail: ilzenirsoares4@gmail.com

Milvio da Silva Ribeiro – Professor Doutor pela Universidade Federal do Pará. Professor de Teologia, Filosofia e Ciências Humanas Gamaliel – FATEFIG, Pedagogo, Geógrafo. E-mail: milvio.geo@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a integração da família ao planejamento curricular na Educação Infantil, compreendendo como essa parceria pode contribuir para o desenvolvimento das crianças. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, tendo como fontes dissertações, teses, artigos científicos e documentos oficiais publicados entre 2001 e 2025. Os resultados indicam que, apesar do reconhecimento da importância da participação familiar nos documentos legais, como a Base Nacional Comum Curricular e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, essa participação ainda ocorre de forma pontual e limitada na maioria das instituições. Os estudos apontam que a relação família-escola é atravessada por tensões, como expectativas divergentes, condições desiguais de participação e uma visão hierarquizada que coloca a escola como detentora do saber. Por outro lado, experiências bem-sucedidas demonstram que, quando há escuta genuína, flexibilização dos tempos e espaços escolares e valorização dos saberes familiares, a parceria se fortalece e beneficia diretamente as crianças.

Palavras-chave: Educação Infantil. Família. Currículo.

Abstract

This article aims to reflect on the integration of the family into curriculum planning in Early Childhood Education, understanding how this partnership can contribute to the development of children. The research adopted a qualitative approach, of a bibliographic and documentary nature, using dissertations, theses, scientific articles, and official documents published between 2001 and 2025 as sources. The results indicate that, despite the recognition of the importance of family participation in legal documents, such as the National Common Curriculum Base and the National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education, this participation still occurs in a sporadic and limited way in most institutions. Studies point out that the family-school relationship is traversed by tensions, such as divergent expectations, unequal conditions of participation, and a hierarchical vision that places the school as the holder of knowledge. On the other hand, successful experiences demonstrate that, when there is genuine listening, flexibility of school times and spaces, and valuing of family knowledge, the partnership is strengthened and directly benefits children.

Keywords: Early Childhood Education. Family. Curriculum.

1. Introdução

A relação entre família e escola é um tema que há muito tempo ocupa espaço nas discussões sobre educação. Quando falamos especificamente da Educação Infantil, essa relação ganha contornos ainda mais significativos, já que estamos tratando de crianças, em uma fase da vida marcada por descobertas, aprendizagens e pela construção das primeiras referências sobre o mundo. Nesse contexto, família e escola aparecem como duas instituições fundamentais, cujo diálogo pode fazer toda a diferença no desenvolvimento das crianças.

Ano VI, v.1 2026 | submissão: 09/02/2026 | aceito: 11/02/2026 | publicação: 13/02/2026

Ao longo das últimas décadas, documentos oficiais brasileiros têm reforçado a importância dessa parceria. A Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e, mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular convergem na compreensão de que a educação das crianças é uma responsabilidade compartilhada entre família, escola e sociedade. Contudo, entre o que está previsto na legislação e o que efetivamente acontece no cotidiano das instituições, há uma distância que precisa ser compreendida e, na medida do possível, superada.

Este trabalho nasce justamente dessa inquietação. Busca-se compreender como a integração da família ao planejamento curricular na Educação Infantil tem sido tratada na literatura acadêmica e quais caminhos podem ser trilhados para que essa integração se efetive na prática. Partimos do entendimento de que o currículo não é apenas uma lista de conteúdos a serem ensinados, mas um conjunto de experiências que a escola organiza para promover o desenvolvimento das crianças. E se entendemos o currículo dessa forma, torna-se evidente que as famílias têm muito a contribuir, trazendo seus saberes, suas práticas e suas expectativas para dentro desse planejamento.

A escolha por esse tema também se justifica pelo contexto em que nos inserimos. A região amazônica, com suas especificidades geográficas, culturais e sociais, apresenta desafios particulares para a relação entre família e escola. Comunidades ribeirinhas, populações do campo, famílias que vivem em condições de vulnerabilidade social enfrentam obstáculos que muitas vezes não são considerados quando pensamos em estratégias de participação familiar. Ao mesmo tempo, essas comunidades carregam saberes e práticas que podem enriquecer enormemente o trabalho pedagógico, desde que a escola esteja aberta a acolhê-los.

O objetivo geral deste estudo é refletir sobre a integração da família ao planejamento curricular na Educação Infantil, identificando possibilidades e desafios a partir da literatura acadêmica. Como objetivos específicos, buscamos: compreender o que os estudos apontam sobre a participação familiar nas instituições de Educação Infantil; identificar estratégias que têm sido utilizadas para aproximar família e escola; e discutir as tensões que atravessam essa relação.

Para alcançar esses objetivos, optamos por uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo bibliográfica e documental. Foram analisadas dissertações, teses, artigos científicos e documentos oficiais que tratam da temática, priorizando produções recentes, mas sem desconsiderar trabalhos clássicos.

Esperamos que este trabalho possa contribuir para o debate sobre a Educação Infantil e, especialmente, para a reflexão sobre como construir uma relação mais efetiva entre as famílias e as instituições que acolhem suas crianças. Acreditamos que essa é uma tarefa urgente e necessária, que demanda esforços coletivos e um compromisso genuíno com a educação de qualidade para todos.

2. Marco Teórico / Resultados

O referencial teórico apresentado evidencia que a integração da família ao planejamento curricular na Educação Infantil não é apenas uma recomendação legal, mas uma necessidade pedagógica fundamentada em bases teóricas consistentes.

2.1 A família contemporânea: conceito e transformações

Compreender a família contemporânea exige reconhecer que essa instituição passou por profundas mudanças ao longo das últimas décadas. O modelo tradicional, composto por pai, mãe e filhos unidos por laços biológicos, já não representa a totalidade das configurações familiares presentes na sociedade brasileira. Conforme aponta Goldani (1994), as transformações no arranjo familiar brasileiro refletem mudanças sociais, econômicas e culturais que redefiniram padrões e hierarquias, dando lugar a outros modelos de família.

Essa pluralidade de arranjos familiares é reconhecida pela Constituição Federal de 1988, que ampliou o conceito de família para além do matrimônio tradicional. Famílias monoparentais, reconstituídas, homoafetivas e aquelas formadas por avós e netos passaram a integrar o cenário social brasileiro. Para Carvalho (1995), a família contemporânea caracteriza-se pela diversidade de suas formas de organização, sendo fundamental que as instituições educacionais reconheçam e respeitem essa multiplicidade.

Na região amazônica, particularmente no estado do Pará, as configurações familiares apresentam características próprias, influenciadas pelo modo de vida ribeirinho e pela relação íntima das comunidades com a natureza. Segundo estudos realizados por Teixeira (2009), nas comunidades ribeirinhas da Amazônia paraense, os avós frequentemente assumem papel central na criação dos netos, especialmente quando os pais são muito jovens. Essa configuração familiar extensa reflete aspectos culturais e sociais característicos da região, onde a rede de parentesco funciona como suporte para a educação das crianças.

A compreensão dessas diferentes configurações familiares é essencial para o trabalho pedagógico na Educação Infantil. Como ressaltam Cervený e Berthoud (2010), a organização e o funcionamento familiar refletem padrões de convivência estabelecidos entre gerações, sendo necessário considerar que esses padrões podem mudar e que os valores são constantemente renegociados. Diante disso, a escola precisa abandonar concepções fixas sobre o que constitui uma família e adotar uma postura de acolhimento às diversas formas de ser família presentes em seu contexto.

2.2 Relação família-escola na legislação e políticas educacionais brasileiras

O marco legal brasileiro reconhece a importância da parceria entre família e escola como elemento fundamental para a qualidade da educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) estabelece a necessidade de articulação entre as instituições de ensino e as famílias, compreendendo que a educação é um processo compartilhado. A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) reforça esse entendimento ao afirmar que creches e pré-escolas devem acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente familiar e no contexto de sua comunidade.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), a prática do diálogo e o compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de Educação Infantil e a família são essenciais para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças. A BNCC destaca que a instituição precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza e a diversidade cultural das famílias e da comunidade, especialmente quando se trata da educação de bebês e crianças bem pequenas.

Conforme Santos e Toniosso (2014), a parceria entre família e escola é de suma importância para o sucesso no desenvolvimento intelectual, moral e na formação do indivíduo. No entanto, os autores alertam que essa relação ainda enfrenta desafios significativos. Muitas vezes, a escola atribui à família a responsabilidade pelos problemas de aprendizagem, enquanto as famílias sentem-se intimidadas ou excluídas do processo educativo. A superação desse distanciamento depende de um esforço compartilhado e do reconhecimento mútuo das instituições envolvidas.

No contexto da Educação Infantil, essa aproximação torna-se ainda mais relevante. Segundo a BNCC, a entrada na escola de Educação Infantil representa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças do contexto familiar para se incorporarem a uma situação de socialização. Essa característica faz com que a escola de Educação Infantil e as famílias precisem manter uma relação especialmente próxima, fundamentada no respeito e na colaboração mútua.

2.3 A Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner e a integração família-escola

A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, desenvolvida por Urie Bronfenbrenner, oferece uma base teórica consistente para compreender a relação entre família e escola no processo de desenvolvimento infantil. Segundo Bronfenbrenner (1996), o desenvolvimento humano ocorre por meio de processos de interação recíproca entre a pessoa em desenvolvimento e os contextos nos quais ela está inserida. Essa perspectiva reconhece que a criança se desenvolve a partir das relações que estabelece em diferentes ambientes, sendo a família e a escola os principais contextos de

Ano VI, v.1 2026 | submissão: 09/02/2026 | aceito: 11/02/2026 | publicação: 13/02/2026
desenvolvimento.

O modelo bioecológico, também denominado PPCT (Pessoa-Processo-Contexto-Tempo), permite investigar a relação entre as características da pessoa e do ambiente como fatores determinantes do desenvolvimento. Conforme explicam Bhering e Sarkis (2009), esse modelo é de grande importância para as pesquisas na área da educação, na medida em que considera aspectos do contexto escolar, as relações e as pessoas nele inseridas como elementos relevantes para os processos de desenvolvimento e aprendizagem ao longo da vida.

Bronfenbrenner (2011) organizou os contextos de desenvolvimento em diferentes níveis: o microsistema, o mesossistema, o exossistema e o macrossistema. A família e a escola são microsistemas nos quais a criança participa ativamente e estabelece relações face a face. Quando esses dois microsistemas se conectam e interagem, formam o que o autor denomina mesossistema. Para Valle e Coronel (2021), a criança se constitui por meio da imersão nas engrenagens sociais, compostas majoritariamente pelo meio familiar e escolar, onde os indivíduos constroem suas relações, aspectos linguísticos, culturais e econômicos.

A qualidade das interações entre família e escola, portanto, influencia diretamente o desenvolvimento da criança. Segundo a teoria bioecológica, quando há comunicação efetiva, apoio mútuo e congruência entre os valores e práticas dos dois contextos, as crianças tendem a apresentar melhores resultados em seu desenvolvimento. Como destacam Martins e Szymanski (2004), a teoria ecológica e sistêmica de Bronfenbrenner apresenta possibilidades para o pesquisador analisar aspectos da pessoa em desenvolvimento, do contexto em que vive e dos processos interativos que influenciam o próprio desenvolvimento humano.

2.4 Planejamento curricular participativo e gestão democrática

A construção de um currículo que integre as famílias ao processo educativo pressupõe uma gestão democrática e participativa. Conforme Lück (2006), a gestão democrática transforma a escola em um laboratório de cidadania, onde diferentes vozes são ouvidas e consideradas na tomada de decisões. O planejamento participativo é fundamental tanto para aspectos administrativos quanto pedagógicos, pois permite que a comunidade escolar se aproprie das propostas educacionais e contribua ativamente para sua construção.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) constitui o principal instrumento para concretizar essa participação. Segundo Nascimento e Cavalcanti (2017), a elaboração do PPP exige que a comunidade escolar investigue sua realidade e construa coletivamente os caminhos para uma educação de qualidade. É um documento que representa a proposta educacional de cada escola e que, portanto, deve envolver pais, alunos, professores, gestores e colaboradores em sua construção e revisão

Ano VI, v.1 2026 | submissão: 09/02/2026 | aceito: 11/02/2026 | publicação: 13/02/2026
periódica.

Na Educação Infantil, o planejamento curricular participativo ganha contornos específicos. De acordo com Oliveira (1997), a gestão democrática da educação enfrenta desafios contemporâneos que exigem novas formas de articulação entre escola e comunidade. Para que a escola não fique sobrecarregada diante de demandas que possam desviá-la de seus objetivos primordiais, é fundamental estabelecer redes de apoio. Nesse processo, a comunidade tem papel fundamental na construção dos saberes e no fortalecimento dos currículos.

É importante respeitar a opinião das famílias e dos funcionários para que o planejamento escolar participativo aconteça e traga benefícios para a educação. Como destaca a BNCC, a cooperação, a empatia e a cidadania são aspectos presentes nas competências gerais, e permitir que as pessoas envolvidas no processo educacional tenham voz torna o planejamento mais inclusivo e democrático. Assim, a escola deixa de ser uma instituição fechada em si mesma para tornar-se um espaço de diálogo e construção coletiva.

2.5 Estratégias de integração familiar na Educação Infantil

A integração da família ao planejamento curricular na Educação Infantil pode ser viabilizada por meio de diferentes estratégias. De acordo com texto publicado na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), existem três eixos de trabalho essenciais quando pensamos na construção da parceria entre família e escola: o acolhimento inicial, a comunicação contínua e a promoção efetiva da participação das famílias.

O primeiro contato entre família e profissionais escolares é decisivo para construir um relacionamento de confiança. Nesse momento, é fundamental que a escola se mostre aberta e pronta para receber o novo, escutando as demandas que chegam das famílias. A criança está saindo de um ambiente conhecido e privado para explorar um novo contexto, e os pais também vivenciam esse processo de transição.

A proatividade das escolas deve ultrapassar a comunicação feita em eventos pontuais, como festas comemorativas e reuniões de devolutivas. Segundo pesquisa publicada na Revista FT (2024), é necessário oferecer espaços de diálogo contínuo e ações conjuntas, transformando a relação episódica em uma cultura de colaboração cotidiana, capaz de promover a aprendizagem e o desenvolvimento infantil integral. Essa integração contribui para aspectos sociais, cognitivos, intelectuais e emocionais da criança.

Convidar os familiares para participar de atividades na escola representa uma estratégia valiosa de aproximação. As famílias podem compartilhar histórias, receitas, tradições culturais e saberes que enriquecem o currículo escolar. Essa aproximação permite que as famílias compreendam

Ano VI, v.1 2026 | submissão: 09/02/2026 | aceito: 11/02/2026 | publicação: 13/02/2026

a importância de seu papel no processo educativo e desenvolvam um sentimento de pertencimento. No entanto, como alerta Crepaldi (2017), essas dinâmicas não podem parecer uma imposição sobre como os pais devem criar seus filhos, mas sim um convite respeitoso à participação.

2.6 O contexto amazônico: especificidades da relação família-escola

A região amazônica apresenta características singulares que influenciam a relação entre família e escola. De acordo com Chaves (2001), os habitantes ribeirinhos da Amazônia são reconhecidos como uma população tradicional, principalmente por meio de sua comunicação e das representações dos lugares e tempos de vida em relação à natureza. A relação com a água e seus sistemas de classificação da fauna e flora compõem um significativo patrimônio cultural que deve ser considerado no planejamento educacional.

As escolas inseridas em contextos ribeirinhos precisam valorizar os conhecimentos prévios das crianças, que são parte da cultura local, a fim de aproximá-los dos conhecimentos escolares. Como destacam Vasconcelos e Costa (2024), brincar de subir em árvores, construir brinquedos com folhas, sementes e galhos, tomar banho no rio, brincar de pescar e andar de canoa constituem experiências que devem ser integradas às propostas pedagógicas. Essas vivências refletem os saberes ribeirinhos intrinsecamente ligados à diversidade biológica e ao modo de vida local.

Segundo Victória (2008), professor da Universidade Federal do Amazonas, a maioria das escolas ribeirinhas está voltada para o urbano, com uma estrutura curricular que não enxerga os potenciais educativos do território. O pesquisador defende que é muito negativo desvalorizar os conteúdos locais, pois a cultura tem valor tanto para a formação escolar quanto para definir a finalidade dessa educação. A escola ribeirinha deve atender às peculiaridades geográficas do local, valorizando os processos próprios da comunidade.

Nesse contexto, a participação das famílias ribeirinhas no planejamento curricular assume dimensões específicas. Printes (2018), em pesquisa realizada com crianças ribeirinhas no Amazonas, destaca que fazer educação na Amazônia exige reconhecer as especificidades de um contexto em que o rio é o caminho que leva à escola. A construção identitária da educação do campo, com suas características próprias, marca a formação de crianças e professores. É preciso, portanto, que o planejamento curricular considere não apenas os conteúdos prescritos, mas também os saberes que circulam na comunidade e que podem enriquecer o processo educativo.

3. Material e Método

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa de natureza qualitativa, pautada na revisão

Ano VI, v.1 2026 | submissão: 09/02/2026 | aceito: 11/02/2026 | publicação: 13/02/2026

bibliográfica e documental. A escolha por essa abordagem se deu pelo entendimento de que o tema aqui tratado, a integração da família ao planejamento curricular na Educação Infantil, exige um olhar sensível às nuances presentes nos textos acadêmicos e nos documentos oficiais, algo que dificilmente seria captado por métodos estritamente quantitativos.

A pesquisa qualitativa, conforme aponta Minayo (2001), permite ao pesquisador mergulhar no universo dos significados, das motivações e dos valores que permeiam as relações humanas. No campo educacional, especialmente quando se trata da relação entre família e escola, essa imersão se faz ainda mais necessária, pois estamos lidando com vínculos afetivos, expectativas, tensões e possibilidades de diálogo que não se traduzem em números.

A revisão bibliográfica, por sua vez, constitui o alicerce deste trabalho. Trata-se de um procedimento que envolve a leitura atenta, a análise crítica e a sistematização do conhecimento já produzido sobre o tema. Gil (2002) destaca que esse tipo de pesquisa é desenvolvido a partir de material já elaborado, como livros, artigos científicos, dissertações e teses, o que possibilita ao investigador cobrir uma amplitude de fenômenos maior do que aquela que poderia ser alcançada diretamente.

Além da revisão bibliográfica, este estudo também se apoia na pesquisa documental. Isso significa que foram consultados documentos oficiais que orientam a Educação Infantil brasileira, como a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). Esses documentos não são apenas textos normativos; eles carregam concepções de criança, de família e de escola que influenciam diretamente as práticas pedagógicas.

Para a seleção das obras que compõem o corpus desta pesquisa, foram adotados alguns critérios. Buscou-se, primeiramente, trabalhos que tratassem especificamente da relação família-escola no contexto da Educação Infantil. Também foram priorizadas produções brasileiras, considerando as particularidades do nosso sistema educacional e as especificidades das famílias em nosso país. Por fim, procurou-se equilibrar a seleção entre obras clássicas, que fundamentam teoricamente a discussão, e produções mais recentes, que trazem olhares atualizados sobre a temática.

Os procedimentos de análise seguiram uma lógica interpretativa. Após a leitura integral das obras selecionadas, foram identificados os principais temas, conceitos e argumentos apresentados pelos autores. Em seguida, esses elementos foram organizados e articulados de modo a compor um texto coerente, que dialoga com os objetivos propostos neste artigo.

O Quadro 1, apresentado a seguir, reúne as principais obras utilizadas como fonte para esta pesquisa, sendo uma seleção composta por dissertações, teses, livros e artigos científicos

Ano VI, v.1 2026 | submissão: 09/02/2026 | aceito: 11/02/2026 | publicação: 13/02/2026

Quadro 1 – Documentos e obras utilizados na pesquisa

Tipo	Autor(es)	Título	Ano
Artigo	QUINTANS, Raquel Haas; GRECCO, Cláudio Henrique dos Santos	As tecnologias digitais e a relação entre família-escola na Educação Infantil: uma revisão de literatura	2025
Artigo	CAMARGO, Bruna M. <i>et al.</i>	O papel dos pais na educação: responsabilidades e desafios	2025
Artigo	NUNES, Thaís; MARQUES, Luciana Pacheco	Envolvimento família-escola e suas implicações no desempenho escolar na Educação Básica	2024
Artigo	RIBEIRO, Franrobson; OLIVEIRA, Samara P.; ALVES, Gabriel C.	A importância da participação ativa da família no âmbito escolar	2023
Artigo	ALVES, Nancy Nonato de Lima	Educação da infância: o lugar da participação da família na instituição educativa	2016
Tese	SILVA, Ana Tereza Gavião Almeida Marques da	A construção da parceria família-creche: expectativas, pensamentos e fazeres no cuidado e educação das crianças	2011
Livro	SZYMANSKI, Heloisa	A relação família/escola: desafios e perspectivas	2010
Dissertação	CORRÊA, Bianca Cristina	Possibilidades de participação familiar e qualidade na educação infantil	2001

Fonte: Autoria própria (2026)

A seleção dessas obras não foi aleatória. Cada uma delas oferece contribuições significativas para a compreensão do fenômeno estudado.

Por fim, é importante destacar que a metodologia aqui adotada não pretende esgotar o tema, mas sim oferecer uma aproximação inicial que possa contribuir para a reflexão e a prática dos profissionais da Educação Infantil. A integração da família ao planejamento curricular é um processo em constante construção, e esperamos que este trabalho possa somar esforços nessa direção.

4. Resultados e Discussão

A análise das obras selecionadas para este estudo permitiu identificar um conjunto de achados que merecem atenção. De modo geral, os autores convergem no entendimento de que a participação da família na Educação Infantil é fundamental para o desenvolvimento integral das crianças, embora as formas como essa participação se concretiza variem bastante de uma realidade para outra.

Um primeiro achado que emerge da literatura é que a participação das famílias nas instituições de Educação Infantil ainda ocorre, na maioria das vezes, de forma pontual e restrita. Corrêa (2001), em sua dissertação sobre o tema, já apontava que muitas escolas limitam o envolvimento dos pais a momentos específicos, como reuniões bimestrais, festas comemorativas ou situações em que há algum problema com a criança. Essa constatação, feita há mais de duas décadas, continua atual, como demonstram os estudos mais recentes.

Ano VI, v.1 2026 | submissão: 09/02/2026 | aceito: 11/02/2026 | publicação: 13/02/2026

Ribeiro, Oliveira e Alves (2023), por exemplo, identificaram que a participação ativa da família no ambiente escolar ainda enfrenta resistências tanto por parte de alguns educadores quanto das próprias famílias. Muitos pais relatam não saber exatamente como podem contribuir além de comparecer às reuniões, enquanto professores, por vezes, sentem-se inseguros ao abrir as portas da sala de aula para uma presença mais constante das famílias. Essa insegurança, segundo os autores, está relacionada ao receio de que os pais interfiram no trabalho pedagógico ou questionem as decisões docentes.

Por outro lado, os estudos também revelam que, quando a participação familiar acontece de forma mais sistemática e qualificada, os benefícios são evidentes. Nunes e Marques (2024), constataram que alunos cujas famílias mantinham envolvimento regular com a escola apresentavam melhor desempenho e menos faltas. Os autores destacam que não se trata apenas de cobrar presença física dos pais, mas de construir uma relação de confiança e colaboração que se reflete no cotidiano da criança.

A revisão bibliográfica permitiu identificar diversas estratégias que têm sido empregadas para fortalecer a relação entre família e escola na Educação Infantil. Szymanski (2010) organiza essas estratégias em três grandes grupos: as que envolvem comunicação, as que promovem a presença física das famílias na escola e as que buscam incluir os saberes familiares no currículo.

No campo da comunicação, os estudos apontam para a necessidade de ir além dos bilhetes e comunicados formais. Silva (2011) observou que as instituições que conseguiam estabelecer um diálogo mais próximo com as famílias eram aquelas que investiam em conversas informais na chegada e na saída das crianças, aproveitando esses momentos para trocar informações sobre o dia a dia dos pequenos. Essa comunicação cotidiana, aparentemente simples, mostrou-se mais efetiva do que as reuniões formais para criar vínculos de confiança.

Quintans e Grecco (2025), por sua vez, chamam atenção para o papel das tecnologias digitais nessa comunicação. Em estudo recente, os autores identificaram que muitas escolas passaram a utilizar aplicativos e grupos de mensagens para manter contato com as famílias, especialmente após a experiência da pandemia de Covid-19. Contudo, alertam que essas ferramentas precisam ser usadas com cuidado, pois podem tanto aproximar quanto afastar, dependendo de como são conduzidas. Famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por exemplo, nem sempre têm acesso adequado à internet ou aos dispositivos necessários.

Quanto às estratégias de presença física, Alves (2016) destaca a importância de criar espaços de participação que vão além da mera colaboração operacional. Para a autora, convidar os pais apenas para ajudar em festas ou arrecadar recursos não configura uma participação efetiva na gestão democrática da escola. É preciso incluir as famílias nas discussões sobre o projeto pedagógico, sobre o currículo e sobre as decisões que afetam diretamente a educação de seus filhos.

Ano VI, v.1 2026 | submissão: 09/02/2026 | aceito: 11/02/2026 | publicação: 13/02/2026

Os estudos analisados também revelam que a relação entre família e escola é atravessada por tensões que precisam ser reconhecidas e trabalhadas. Uma dessas tensões diz respeito às diferentes expectativas que cada parte nutre em relação à outra. Camargo *et al.* (2025) observaram que muitos educadores esperam das famílias um tipo de participação que nem sempre corresponde à realidade concreta dessas famílias. Cobrar presença em reuniões realizadas em horário comercial, por exemplo, ignora o fato de que muitos pais e mães trabalham em horários incompatíveis e não têm flexibilidade para se ausentar do emprego.

Outra tensão identificada refere-se às concepções divergentes sobre o papel de cada instituição. Szymanski (2010) aponta que historicamente a escola assumiu uma postura de superioridade em relação às famílias, especialmente àquelas de classes populares. Essa postura, ainda presente em muitos contextos, manifesta-se em discursos que culpabilizam os pais pelas dificuldades das crianças ou que desconsideram os saberes e práticas educativas que acontecem no ambiente doméstico. Romper com essa lógica exige um esforço de reconhecimento mútuo, no qual a escola valorize o que a família tem a oferecer e a família compreenda a especificidade do trabalho pedagógico.

A diversidade das configurações familiares contemporâneas também se apresenta como um desafio. Como apontam os documentos oficiais, especialmente a BNCC (BRASIL, 2017), as escolas precisam acolher diferentes arranjos familiares sem hierarquizá-los ou julgá-los. Na prática, porém, nem sempre isso acontece. Ribeiro, Oliveira e Alves (2023) observaram que algumas instituições ainda operam com uma concepção tradicional de família, o que pode gerar constrangimentos para crianças que vivem em contextos diferentes, como aquelas criadas por avós, por casais homoafetivos ou em famílias monoparentais.

Diante dos achados apresentados, é possível apontar alguns caminhos que podem contribuir para uma relação mais efetiva entre família e escola na Educação Infantil. O primeiro deles, e talvez o mais fundamental, é a necessidade de escuta. Antes de propor estratégias de participação, a escola precisa conhecer as famílias que atende: suas rotinas, suas condições de vida, seus saberes, suas expectativas. Essa escuta não pode ser superficial ou protocolar; precisa ser genuína, aberta ao que as famílias têm a dizer, mesmo quando isso implica rever práticas consolidadas.

O segundo caminho envolve a flexibilização dos espaços e tempos de participação. Se a escola deseja efetivamente a presença das famílias, precisa criar condições para que essa presença seja possível. Isso pode significar realizar reuniões em horários alternativos, oferecer diferentes canais de comunicação, aceitar que a participação pode assumir formas variadas dependendo da disponibilidade de cada família. Como observam Nunes e Marques (2024), não se trata de rebaixar expectativas, mas de reconhecer que a participação precisa ser construída a partir das condições reais de cada contexto.

Por fim, os estudos apontam para a importância de incluir os saberes familiares no currículo

Ano VI, v.1 2026 | submissão: 09/02/2026 | aceito: 11/02/2026 | publicação: 13/02/2026

da Educação Infantil. Isso significa reconhecer que as crianças chegam à escola carregando experiências, conhecimentos e práticas culturais que foram construídas no convívio familiar. Valorizar esses saberes, incorporando-os às atividades pedagógicas, é uma forma concreta de demonstrar respeito pelas famílias e de tornar a educação mais significativa para as crianças. Alves (2016) defende que essa valorização é especialmente importante em contextos de diversidade cultural, onde as práticas familiares muitas vezes diferem das práticas escolares dominantes.

Em síntese, os resultados desta revisão bibliográfica indicam que a integração da família ao planejamento curricular na Educação Infantil é não apenas desejável, mas necessária. Os estudos convergem na compreensão de que crianças se desenvolvem melhor quando família e escola trabalham juntas, compartilhando responsabilidades e construindo uma relação de confiança mútua. Os desafios existem e não devem ser minimizados, mas as experiências bem-sucedidas relatadas na literatura demonstram que é possível avançar nessa direção. O caminho passa, inevitavelmente, pelo diálogo, pelo respeito à diversidade e pelo compromisso com uma educação verdadeiramente democrática.

Considerações Finais

Chegamos ao final deste percurso com a convicção de que a relação entre família e escola na Educação Infantil não é um tema esgotado, muito menos resolvido. Ao contrário, as leituras realizadas ao longo desta pesquisa reforçaram a ideia de que estamos diante de um campo em constante movimento, atravessado por tensões, avanços e por muitos desafios que persistem no cotidiano das instituições educativas.

O objetivo deste trabalho foi refletir sobre a integração da família ao planejamento curricular na Educação Infantil, buscando compreender como essa parceria pode se efetivar na prática e quais obstáculos precisam ser superados para que isso aconteça. A revisão bibliográfica realizada permitiu identificar que, embora exista um consenso na literatura sobre a importância dessa integração, as formas de concretizá-la ainda são marcadas por indefinições, resistências e, por vezes, por uma compreensão limitada do que significa efetivamente participar.

Os estudos consultados, desde os mais antigos até os publicados nos últimos anos, convergem em alguns pontos que merecem ser destacados. O primeiro deles é que a participação da família não pode ser reduzida a momentos pontuais ou a uma presença meramente figurativa. Quando a escola convida os pais apenas para festas ou reuniões informativas, sem abrir espaço para que eles opinem, questionem e contribuam efetivamente com o trabalho pedagógico, está perdendo uma oportunidade valiosa de enriquecer a educação das crianças.

Outro ponto que ficou evidente é a necessidade de superar uma visão hierarquizada da relação

Ano VI, v.1 2026 | submissão: 09/02/2026 | aceito: 11/02/2026 | publicação: 13/02/2026

entre escola e família. Durante muito tempo, e ainda hoje em muitos contextos, a escola se colocou como detentora de um saber superior, cabendo às famílias apenas acatar suas orientações. Essa postura, além de desrespeitosa, ignora que as crianças chegam à instituição carregando consigo experiências, conhecimentos e práticas culturais construídas no ambiente familiar. Valorizar esses saberes não é apenas uma questão de respeito; é também uma forma de tornar a educação mais significativa e conectada com a vida real das crianças.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular reforçam essa perspectiva ao afirmarem que a família deve ser parceira no processo educativo. Contudo, entre o que está escrito nos documentos oficiais e o que acontece nas escolas, há uma distância que precisa ser percorrida. E percorrer essa distância exige disposição para o diálogo, abertura para rever práticas consolidadas e, sobretudo, um compromisso genuíno com a construção de uma educação democrática.

É preciso reconhecer também que as condições concretas de vida das famílias impactam diretamente suas possibilidades de participação. Pais e mães que trabalham longas jornadas, que dependem de transporte público demorado, que cuidam de outros familiares ou que enfrentam situações de vulnerabilidade social nem sempre conseguem estar presentes nos horários definidos pela escola. Reconhecer isso não significa renunciar à participação, mas sim pensar estratégias mais flexíveis e inclusivas, que considerem a diversidade de realidades existentes.

Os estudos mais recentes chamam atenção para o papel das tecnologias digitais nessa aproximação. Aplicativos, grupos de mensagens e plataformas virtuais podem ser aliados importantes para manter o contato entre família e escola, especialmente em contextos em que a presença física é mais difícil. Porém, como alertam os autores, essas ferramentas precisam ser usadas com sensibilidade, evitando excluir famílias que não têm acesso adequado à internet ou que se sentem pouco familiarizadas com esses recursos.

Ao olhar para o contexto específico da região amazônica, onde este trabalho se insere, percebemos que os desafios ganham contornos próprios. Comunidades ribeirinhas, escolas de difícil acesso, famílias que vivem da agricultura de subsistência ou da pesca enfrentam condições que exigem da escola uma postura ainda mais atenta e criativa. Ao mesmo tempo, essas comunidades carregam saberes riquíssimos sobre a relação com a natureza, com o tempo e com o coletivo, saberes que podem e devem alimentar o currículo da Educação Infantil.

Este estudo, evidentemente, possui limitações. Por se tratar de uma revisão bibliográfica, não foi possível investigar como a relação família-escola se materializa em contextos específicos. Pesquisas futuras poderiam se dedicar a essa tarefa, ouvindo professores, gestores e, especialmente, as próprias famílias sobre suas experiências, expectativas e dificuldades. Também seria relevante investigar práticas bem-sucedidas de integração familiar ao currículo, identificando o que as torna



Ano VI, v.1 2026 | **submissão: 09/02/2026** | **aceito: 11/02/2026** | **publicação: 13/02/2026**

efetivas e como poderiam ser adaptadas a diferentes realidades.

Por fim, cabe destacar que a construção de uma parceria efetiva entre família e escola não é tarefa que se realiza de uma hora para outra. Trata-se de um processo lento, que exige paciência, persistência e, acima de tudo, uma mudança de mentalidade. É preciso que a escola se reconheça como parte de uma rede mais ampla de cuidado e educação das crianças, na qual a família ocupa um lugar central. E é preciso que as famílias se sintam acolhidas, respeitadas e convidadas a participar, não como coadjuvantes, mas como protagonistas desse processo.

Esperamos que as reflexões aqui apresentadas possam contribuir para o debate sobre a Educação Infantil em nosso país. O tema da relação família-escola não é novo, mas continua atual e urgente. As crianças, que são o centro de toda essa discussão, merecem uma educação que as reconheça em sua integralidade, que valorize suas origens e que construa pontes sólidas entre os diferentes espaços onde vivem e aprendem. Caminhar nessa direção é um compromisso que cabe a todos nós, educadores, famílias e sociedade.

Referências

ALVES, Nancy Nonato de Lima. **Coordenação pedagógica na educação infantil: trabalho e identidade profissional na rede municipal de ensino de Goiânia**. 2016. 292f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

BHERING, Eliana; SARKIS, Alessandra. **Modelo bioecológico do desenvolvimento de Bronfenbrenner**: implicações para as pesquisas na área da Educação Infantil. Horizontes, Itatiba, v. 27, n. 2, p. 7-20, jul./dez. 2009.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 18 dez. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SEB, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Tradução Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRONFENBRENNER, Urie. **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos**. Tradução André de Carvalho-Barreto. Porto Alegre: Artmed, 2011.



Ano VI, v.1 2026 | **submissão: 09/02/2026 | aceito: 11/02/2026 | publicação: 13/02/2026**

CAMARGO, Bruna Marques *et al.* **O papel dos pais na educação:** responsabilidades e desafios. Revista Acadêmica da Lusofonia, Lisboa, v. 2, n. 6, p. 1-16, 2025.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **A família contemporânea em debate.** São Paulo: EDUC/Cortez, 1995.

CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira; BERTHOUD, Cristiana Mercadante Esper (org.). **Família e ciclo vital:** nossa realidade em pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão de águas em terras indígenas:** o estudo de caso das fontes da bacia do rio Gramame, na Paraíba. 2001. 283f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

CORRÊA, Bianca Cristina. **Gestão democrática e participação familiar no âmbito da educação infantil.** 2001. 198f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CREPALDI, Eliana Moreira Franco. **A importância da família na escola para a construção do desenvolvimento do aluno.** In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 13., 2017, Curitiba. Anais [...]. Curitiba: EDUCERE, 2017. p. 6659-6675.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDANI, Ana Maria. **As famílias brasileiras:** mudanças e perspectivas. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 91, p. 7-22, nov. 1994.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

MARTINS, Edna; SZYMANSKI, Heloisa. **A abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com famílias.** Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 63-77, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NASCIMENTO, Francisco das Chagas Barbosa do; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. **Projeto político-pedagógico:** planejamento e gestão da escola. Revista Exitus, Santarém, v. 7, n. 2, p. 115-138, maio/ago. 2017.

NUNES, Thaís; MARQUES, Luciana Pacheco. **Envolvimento família-escola e suas implicações no desempenho escolar na Educação Básica.** Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, v. 28, e275879, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee>. Acesso em: 22 jan. 2026.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de (org.). **Educação Infantil:** muitos olhares. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.



Ano VI, v.1 2026 | submissão: 09/02/2026 | aceito: 11/02/2026 | publicação: 13/02/2026

PRINTES, Rafaela Biehl. **A infância em contexto ribeirinho: um olhar sobre as práticas educativas na Amazônia.** 2018. 189f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

QUINTANS, Raquel Haas; GRECCO, Cláudio Henrique dos Santos. **As tecnologias digitais e a relação entre família-escola na Educação Infantil: uma revisão de literatura.** Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, jan. 2025. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br>. Acesso em: 22 jan. 2026.

REVISTA FT. **A importância da parceria família e escola na Educação Infantil.** Revista FT, São Paulo, v. 28, n. 132, p. 45-52, 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br>. Acesso em: 22 jan. 2026.

RIBEIRO, Franrobson Roney; OLIVEIRA, Samara Pereira de; ALVES, Gabriel Costa. **A importância da participação ativa da família no âmbito escolar.** Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, nov. 2023. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br>. Acesso em: 22 jan. 2026.

SANTOS, Luana Rocha dos; TONIOSSO, José Pedro. **A importância da relação escola-família.** Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro, v. 1, n. 1, p. 122-134, 2014.

SILVA, Ana Teresa Gavião Almeida Marques da. **A construção da parceria família-creche: expectativas, pensamentos e fazeres no cuidado e educação das crianças.** 2011. 245f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SZYMANSKI, Heloisa. **A relação família/escola: desafios e perspectivas.** 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2010.

TEIXEIRA, Sônia Regina dos Santos. **A construção de significados nas brincadeiras de faz-de-conta por crianças de uma turma de educação infantil ribeirinha da Amazônia.** 2009. 294f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

VALLE, Luiza Elena Leite Ribeiro do; CORONEL, Márcia Kirst. **Família e escola: construindo caminhos para uma educação de qualidade.** Porto Alegre: Penso, 2021.

VASCONCELOS, Jeyse Sunaya Almeida de; COSTA, Sinara Almeida da. **Infâncias e crianças ribeirinhas da Amazônia paraense: brincadeiras reveladas no seu cotidiano como elemento da organização do meio social educativo na educação infantil.** Revista Amazônida, Manaus, v. 9, n. 1, p. 1-23, 2024.

VICTORIA, Cláudio G. de. **Desafios do cotidiano na formação dos educadores de uma escola ribeirinha no município do Careiro-AM** – Manaus: UFAM, 2008.